



A população local precisa ser ouvida através do voto

Brasil pode ganhar mais oito Estados através de plebiscito

BRASÍLIA — A Subcomissão dos Estados aprovou a criação de mais seis unidades da Federação e a transformação dos atuais Territórios do Amapá e Roraima em Estados. No entanto, estabeleceu que para efetivá-los será necessária uma consulta através de plebiscito na região onde serão formados. A nova divisão territorial do País não causou polêmica na sessão destinada a votação do anteprojeto do relator, Deputado Siqueira Campos (PDC-GO).

Os novos Estados poderão ser os seguintes: Tocantins, que desmembraria o Norte de Goiás; Santa Cruz, na Bahia; Maranhão do Sul, dividindo em dois o atual Estado do Maranhão; Juruá, que desmembraria parte do atual Amazonas e teria como capital Caruaru; Tapajós, reunindo áreas do Pará; e Triângulo Mineiro.

O atual Território de Fernando de Noronha, segundo a proposição aprovada na subcomissão, seria incorporado a Pernambuco, que também receberia de volta uma área que perdeu no século passado, desmembrada para fazer parte de Minas Gerais e, posteriormente, da Bahia.

A proposta de criar os Estados de Cariri, no Ceará, e do São Francisco, abrangendo o Norte de Minas e parte da Bahia, foi rejeitada na subcomissão.

O texto do anteprojeto aprovado procura dar maior autonomia legislativa e administrativa a cada uma das unidades da Federação, segundo explicação do Senador Chagas Rodri-

gues (PMDB-PI), Presidente da Subcomissão. Cada um dos Estados poderá elaborar leis que atuem de forma suplementar à Legislação Federal. Como exemplo, citou a possibilidade da Assembléia Legislativa, ou mesmo o Governador do Estado, apresentar uma proposta de punição para os abusos do poder econômico na organização da sociedade, respeitando as peculiaridades locais.

Na prática, esta sugestão apenas amplia um pouco a competência legislativa dos Estados incluída no artigo 8 da atual Constituição, onde está prevista a possibilidade de o Estado legislar sobre produção e consumo, taxas e impostos, organização da Justiça e das Polícias Militares, entre outros temas do seu interesse específico.

Por outro lado, para ressaltar a autonomia e dar maior força aos Estados, a subcomissão aprovou dispositivo determinando que todos os poderes que não forem expressamente vedados aos Estados pela União, poderão ser exercidos por estes plenamente. Nesse ponto, o anteprojeto apenas retira a palavra "implicitamente" do atual texto constitucional, em seu artigo 13 parágrafo 1, onde se lê: "Aos Estados são conferidos todos os poderes que explícita ou implicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição". Outra mudança importante é a necessidade do plebiscito para se criar um novo Estado.

Deputado diz que Minas tem nova política

BELO HORIZONTE — A permanência de 13 dos 23 deputados da bancada mineira do PMDB na reunião do dia 19, em Brasília, para discussão do tempo de mandato presidencial, significou, na opinião do Deputado Célio de Castro, "um dado novo na política de Minas, que passa a ter nova demarcação". Segundo Célio de Castro, a atitude do Governador Newton Cardoso de chamar os deputados ao telefone para pressioná-los a abandonar a reunião, foi "deselegante e representou uma ingerência na autonomia da Constituinte".

Além de Célio de Castro, contrariaram o pedido do Governador os deputados Mário Campos, Luiz Otávio Valadares, Otávio Elísio, Carlos Cotta, Carlos Mosconi, Luís Alberto, José Ulisses e Pimenta da Veiga, quase todos eles identificados com o ex-Governador Hélio Garcia.

das apresentadas, mas houve um imprevisto: na manhã de sábado o Deputado Rosa Prata (PMDB-MG)

dos pela segurança do Senado e lavradores intoxicados vomitaram no gramado do Congresso

ANC 88
Pasta 22 a 26
Maio/87
087

peia Po
Em C